



As associadas do Montepio Geral (1880-1935) – a previdência social das mulheres

Virgínia Baptista, IHC-FCSH-UNL, virbaptista@gmail.com

Paulo Marques Alves, ISCTE-IUL e DINÂMIA CET-ISCTE, paulo.alves@iscte-iul.pt

É nosso objetivo proceder a uma análise sociográfica das associadas do Montepio Geral – Associação Mutualista, no período que medeia entre 1880 e 1935. Propusemo-nos identificar quem foram as mutualistas, as suas ocupações/profissões, a idade média na altura da inscrição, os contextos sociofamiliares, o tempo médio de vida associativa e as causas de morte. Este estudo baseia-se em fontes primárias, nomeadamente nos livros onde se procedia ao registo de inscrição dos associados/as e nas fichas individuais das sócias que se inscreveram durante os referidos cinco decénios e meio, documentação que foi consultada no Arquivo Histórico do Montepio Geral – Associação Mutualista. Procedemos a um tratamento quantitativo dos dados recolhidos e à sua análise, enquadrada nos contextos socio-históricos e políticos vigentes no lapso temporal retido. Frequentemente, foi necessária uma crítica hermenêutica das fontes, decidindo-nos por manter nomenclaturas e conceitos das épocas. Captámos as continuidades e as rupturas ao longo dos diversos regimes políticos que atravessaram o período: final da Monarquia (1880-1909), 1ª República (1910-1926), Ditadura Militar (1927-1932) e Estado Novo (1933-1935). Após a inventariação, tratamento e análise dos dados recolhidos, chegámos às conclusões que apresentaremos, designadamente que, dado o montante da subscrição inicial, se pressupõe estarmos perante uma associação direcionada predominantemente para mutualistas oriundas da pequena-burguesia e burguesia.

Palavras-chave: Mulheres, mutualidades, Montepio Geral, Portugal

Our aim is to carry out a sociographic analysis of the women who have signed up with Montepio Geral - Associação Mutualista, in the period between 1880 and 1935. We set out to identify who they were, their occupations/professions, the average age at the time of enrolment, their socio-family backgrounds, the average length of their membership and the causes of death. This study is based on primary sources, namely the books in which members were registered and the individual files of the women members who signed up with this mutual society during that five and a half decades, documentation that was consulted in the Historical Archive of Montepio Geral - Associação Mutualista. We carried out a quantitative treatment of the data collected and analysed it in the context of the socio-historical and political contexts in force during the period in question. It was often necessary to hermeneutically criticise the sources, deciding to maintain the nomenclatures and concepts of the epoch. We captured the continuities and ruptures throughout the various political regimes that crossed the period: the end of the Monarchy (1880-1909), the First Republic (1910-1926), the Military Dictatorship (1927-1932) and the Estado Novo (1933-1935). After inventorying, processing and analysing the data collected, we came to the conclusions we will present, namely that, given the amount of the initial subscription, it is assumed that we are dealing with an mutual society aimed predominantly at mutualists from the petty bourgeoisie and bourgeoisie.

Keywords: Women, mutual societies, Montepio Geral, Portugal

1. Introdução

É nosso objetivo proceder a uma análise sociográfica das associadas do Montepio Geral – Associação Mutualista, no período que medeia entre 1880 e 1935. Propusemo-nos identificar quem foram as mutualistas, as suas ocupações/profissões, a idade média na altura da inscrição, os contextos sociofamiliares, o tempo médio de vida associativa e as causas de morte.

O período selecionado é decorrente da investigação que temos vindo a realizar sobre as associações mutualistas femininas, na qual se insere o Montepio, a qual se inicia precisamente em 1880 e termina em 1935, por motivos legais.

Este estudo baseia-se em fontes primárias, nomeadamente nos livros onde se procedia ao registo de inscrição dos associados/as e em 237 fichas individuais das sócias (Quadro 1) que se inscreveram durante os referidos cinco decénios e meio, documentação que foi consultada no Arquivo Histórico do Montepio Geral – Associação Mutualista.

Procedemos a um tratamento quantitativo dos dados recolhidos e à sua análise, enquadrada nos contextos socio-históricos e políticos vigentes no lapso temporal retido. Frequentemente, foi necessária uma crítica hermenêutica das fontes, decidindo-nos por manter nomenclaturas e conceitos das épocas. Captámos as continuidades e as ruturas ao longo dos diversos regimes políticos que atravessaram o período: final da Monarquia (1880-1909), Iª República (1910-1926), Ditadura Militar (1927-1932) e Estado Novo (1933-1935).

Na linha defendida por Desrosière (1993), as informações incluídas nas fichas individuais forneceram-nos os dados suscetíveis de se converterem nas “coisas sociais” que permaneceram e que procurámos quantificar e explicar.

2. Breve história da Montepio Geral – Associação Mutualista

A Associação Montepio Geral teve origem no Montepio dos Empregados Públicos, criado em Lisboa em 1840. Só em 1844, com a aprovação da reforma dos estatutos, a associação passa a denominar-se Montepio Geral. Como símbolo foi escolhido o Pelicano, uma representação do altruísmo e da fraternidade universal que a associação visava. Rosendo (1990) também alude ao Pelicano como símbolo de proteção às viúvas (condição que levava muitas mulheres à pobreza) retratado em quadro evocativo do centenário do Montepio Geral, em 1940.

A associação mutualista tinha como fins a criação de um fundo de pensões de sobrevivência e a doação de dotes às raparigas aquando do casamento, prevendo-se a criação de uma caixa económica, fundada ainda em 1844, com as características de um banco mutualista.

A partir de Lisboa, o Montepio Geral estendeu-se a nível nacional, com a abertura de delegações em várias cidades do continente, das ilhas e das então colónias portuguesas: Porto, Setúbal, Beja, Coimbra, Elvas, Faro, Açores, Madeira e Goa, em 1861. O edifício da sua sede atual, na Rua do Ouro, foi comprado em 1897.

Pelos estatutos redigidos em 1843, o artigo 3.º estabelecia: “Podem fazer parte do Montepio Geral todas as pessoas honestas de ambos os sexos, que na data de admissão não excedam 60 anos de idade e subscrevam 50\$000 réis pelo menos”.

3. As associadas do Montepio Geral

Na maioria dos processos individuais foi possível encontrar a ficha de admissão da sócia, mas também o atestado médico indispensável para a sua admissão; os pareceres de dois sócios, formalidade necessária para as candidaturas a associados/as que eram submetidas, como constava dos estatutos; a autorização dos maridos, para as mulheres casadas, ou dos pais, para as filhas menores; correspondência diversa entre as sócias e o Montepio; diversas certidões – nascimento, casamento e óbito –, que permitiam, entre outras situações, confirmar os herdeiros legatários às pensões de sobrevivência e aos dotes.

Em 1842, dois anos após a sua fundação, foi admitida a primeira mulher. Tinha 32 anos e era viúva e a sua permanência na associação foi breve, pois veio a ser eliminada de sócia em julho de 1851 por falta de cumprimento dos estatutos (possivelmente, por ter faltado ao seu dever de pagamento de quotas).

Identificámos que, globalmente, durante os anos em estudo, as mulheres representam apenas 1,38% do total dos associados do Montepio. Contudo, a percentagem das sócias na globalidade dos associados cresce de 1,01%, no final da Monarquia, para 2,98% no Estado Novo (Quadro 2), o que demonstra a existência de uma preocupação com a previdência por parte das mulheres que, na sua maioria, se inscreveram no ramo de seguro relativo a “pensão ordinária” (Quadro 3).

Identificámos igualmente o capital subscrito pelas sócias na altura da sua admissão na associação, que podia ser aumentado ou diminuído, quando solicitado (Quadro 4).

No final do oitocentos, 22,6% das sócias escolheram a subscrição de 400\$000 e 20,2% a quantia de 300\$00. Na I^a República, 23,8% das sócias subscreveram a quantia de 300\$000; 18,8% de 1200\$000 e 17,5% de 600\$000. Principalmente após a I^a Guerra Mundial há que ter em conta a forte desvalorização da moeda, pelo que as quantias muito elevadas devem ser consequência dessa situação económica e financeira do país. Durante a Ditadura Militar, 45,1% das associadas escolheram o montante de 1800\$000 e 17,6% subscreveram-se com 1200\$000, enquanto no Estado Novo 37,5% subscreveram 2 400\$00, decerto pelos motivos referidos.

Relativamente ao momento da inscrição, constatámos que 30,9% das mulheres fizeram-no nos finais da Monarquia; 32,3% durante a I^a República, período em que ocorreu o maior volume de inscrições; 22,6% durante a Ditadura Militar; e 14,2% inscreveram-se durante os dois anos do Estado Novo para os quais nos foi permitido recolher informação.

A idade média das sócias na altura do ingresso manteve-se estável ao longo das décadas: 38,2 anos durante a Monarquia, 38,0 anos na I^a República, 38,9 anos na Ditadura Militar, tendo aumentado ligeiramente para 41,8 anos no Estado Novo (Quadro 5). Atendendo a que Sacuntala de Miranda (1991, p. 23) refere que a esperança média de vida era de 35,8 anos para as mulheres em 1920, tendo subido para 50,6 anos em 1930, conclui-se que a decisão de assegurar a previdência no Montepio era tomada, em média, numa altura já avançada da sua vida.

A análise das ocupações/profissões das sócias (Quadro 6), evidencia que durante o período considerado predominaram as mutualistas que se declararam como domésticas: 34,3% no final da Monarquia, 38,1% durante a I^a República, 46,0% na Ditadura Militar e 40,0% no Estado Novo. A seguir, no final da Monarquia, surgem os grupos das mutualistas inscritas como “proprietárias” e como professoras, ambos com 22,4%. As professoras são 28,6% das novas associadas durante a I^a República. Na Ditadura Militar, 10,0% são empregadas no Crédito Comercial Português, enquanto no Estado Novo, 30% são

professoras. Se é durante os anos 20 que em Portugal despontam as mulheres do sector terciário, entre as sócias do Montepio as profissões deste sector estão já presentes no final de oitocentos – enfermeira, farmacêutica, professoras, telegrafista, empregada em liceu –, o que demonstra que as associadas possuíam algum poder económico. No entanto, encontramos também residualmente algumas profissões manuais: costureiras, cesteiras, trabalhadoras domésticas, engomadeiras, floristas, modistas, criadas de servir, tecedeiras e bordadeiras, pelo que o princípio da previdência do Montepio abrangia todos os grupos sociais, apesar de só uma minoria das mulheres o poderem concretizar economicamente, devido às joias e quotas a pagar.

Quanto ao estado civil (Quadro 7) registámos que as mulheres admitidas como solteiras, com ou sem filhos, aumentam ao longo do período (posteriormente muitas terão casado ou ficado viúvas): 31,0% na Monarquia, 48,1% na I^a República e durante a Ditadura Militar e 77,6% entre o restrito núcleo das mutualistas inscritas durante os dois anos do Estado Novo. A percentagem das viúvas, maioritária no final da Monarquia, decresceu de 35,7% para 28,6%, durante a I^a República, dando-se uma notória redução na Ditadura Militar para 14,8% e havendo registo somente de uma viúva que se inscreveu na associação no Estado Novo.

Procedemos ao cruzamento do estado civil das mutualistas com as respetivas profissões, aquando da sua entrada para o Montepio Geral.

No final da Monarquia, as associadas solteiras eram maioritariamente professoras (36,8%), seguindo-se as que se registaram como “proprietárias” (26,3%). Durante o período republicano as professoras continuaram a predominar (28,8%), sendo seguidas pelas domésticas (17,3%), identificando-se ainda diversas mulheres empregadas no sector dos serviços. Durante a Ditadura Militar mantém-se a predominância das empregadas do terciário e no Estado Novo contaram-se cinco professoras.

As associadas viúvas eram esmagadoramente domésticas, pelo que colocamos a hipótese de terem tido um nível de vida elevado até ao falecimento dos respetivos cônjuges. A motivação para se associarem ao Montepio pode ter-se prendido com a sua vontade de deixar uma pensão confortável aos descendentes ou a alguém indicado no testamento, ou então para a própria previdência na velhice.

São de salientar as profissões dos falecidos maridos das associadas viúvas (Quadro 8). No final da Monarquia identificámos uma diversidade de profissões nos serviços, incluindo algumas altamente qualificadas (um jurista e um médico, a par de um oficial do exército com o posto de major). Esta situação é transversal aos restantes regimes, sendo de sublinhar a existência da referência a um ministro durante a I^a República.

As sócias casadas admitidas revelam uma estabilidade ao longo de todo o período: 28,6% no ocaso da Monarquia e durante a I^a República; 27,8% durante a Ditadura Militar, havendo registo de apenas um caso no Estado Novo.

Focámo-nos também na identificação das profissões dos maridos das associadas casadas, que eram bastante diversificadas. No final da Monarquia destacam-se os comerciantes (12,5%) e, na I^a República, os médicos (20,7%), sendo ainda de relevar os empregados do sector terciário, assim como outros profissionais liberais, a par de altas patentes do exército, do ministro já mencionado e de um cônsul. Durante a Ditadura Militar, mantém-se a diversidade de empregos nos serviços, bem como as profissões liberais (medicina, advocacia). Residualmente encontramos indivíduos com profissões manuais, como um servente, um alfaiate ou carpinteiros.

Relativamente à residência (Quadro 9), verificámos que as novas associadas viviam maioritariamente em Lisboa: 44,6%, durante a Monarquia; 49,4%, na I^a República; 59,3%

durante a Ditadura Militar; e 50,0% no Estado Novo. Apesar de assumir um valor residual, havia algumas mulheres a viver nos arquipélagos atlânticos, sobretudo nos Açores: na Monarquia, 4,8% moravam em Angra do Heroísmo e 3,6%, em Ponta Delgada; durante a I^a República aferimos 3,5% nas cidades de Angra do Heroísmo, Ponta Delgada e na ilha do Pico; e na Ditadura Militar, 5,6% das novas sócias residiam em Angra do Heroísmo, sendo ainda de referir uma nova associada em Ponta Delgada durante o Estado Novo.

Sobre a naturalidade destas mutualistas (Quadro 10), observámos que uma grande parte delas era natural de Lisboa: 27,1%, no final da Monarquia; 34,5%, durante a I^a República; 30,2% na Ditadura Militar e 30,0% no Estado Novo. Em relação à cidade do Porto observam-se valores inferiores: 7,1% na Monarquia; 4,6%, durante a I^a República; 3,8% no período da Ditadura Militar e 2,0% no Estado Novo. Identificamos novamente sócias que eram naturais dos arquipélagos: no final do séc. XIX e inícios do séc. XX, 3,5%, de Angra do Heroísmo e Ponta Delgada; no período republicano, 3,4%, de Ponta Delgada e do Pico; na Ditadura Militar, 7,5% das recém mutualistas eram naturais de Angra do Heroísmo e 5,7% de Ponta Delgada. Durante o Estado Novo, duas novas sócias eram originárias de Angra do Heroísmo e uma de Ponta Delgada.

Considerámos igualmente ser relevante conhecer a origem sociofamiliar destas associadas, nomeadamente a profissão e a naturalidade dos seus progenitores, atendendo à informação disponível.

No caso dos pais (Quadro 11), encontramos valores mais significativos de “proprietários” e comerciantes no final da Monarquia (12,0% para ambos os grupos); na I^a República, 12,5% dos pais eram comerciantes e os “proprietários” decaem para 7,5%. Durante a Ditadura Militar os pais comerciantes ascendem a 22,4% e no Estado Novo são 40,0% do total. Identificámos ainda altas patentes militares e outras profissões no sector dos serviços, bem como alguns profissionais liberais (escrivão de direito, advogado, fotógrafo, professor, médico, inspetor de correios), mas também descortinámos trabalhadores manuais: ferrador, marceneiro, merceeiro, carpinteiros, carteiro, ferreiro, serralheiro, caldeireiro, sapateiro, peixeiro e alvanel.

Representação da época, verificámos que em relação às mães (Quadro 12), as suas profissões são declaradas com menos frequência. Sabemos, no entanto, que no final da Monarquia, 71,4% foram descritas como “proprietárias”; na I^a República, 78,4% eram domésticas; durante a Ditadura Militar as domésticas decresceram para 69,9% e que todas as mães estavam nesta condição no Estado Novo.

Tendo em conta a naturalidade dos pais (Quadro 13), apurámos valores mais expressivos para Lisboa: 15,5% no final da Monarquia; 26,2% durante a I^a República; 18,4% na Ditadura Militar e 20% no Estado Novo. Nos finais do século XIX e inícios do séc. XX segue-se o Porto, com 8,5% e depois Angra do Heroísmo, com 5,6%. Já durante a I^a República, as segundas origens geográficas mais relevantes eram Elvas e a ilha do Pico, com 4,8% em ambos os casos. Pais originários do arquipélago dos Açores continuam a marcar presença durante a Ditadura Militar (um caso) e o Estado Novo (dois casos), todos de Angra do Heroísmo.

As mães das novéis associadas também eram predominantemente originárias de Lisboa (Quadro 14). No final da Monarquia ascendiam a 18,8%; na I^a República, o valor subiu para 26,7%; na Ditadura Militar reduziu-se para 19,6% e durante o Estado Novo só uma mãe era originária de Lisboa. As progenitoras naturais do Porto e de Coimbra assumem alguma relevância nos finais da Monarquia, com valores de 8,7% e de 5,8%, respetivamente, e no período da Ditadura Militar, com 6,5% a ter nascido em cada uma destas cidades. Merece relevar-se que na I^a República, 4,0% das mães eram naturais da

ilha do Pico; na Ditadura Militar três eram originárias de Angra do Heroísmo e no Estado Novo duas tinham nascido nesta cidade da ilha Terceira.

Pretendemos conhecer igualmente o tempo médio de vida associativa desta população de mutualistas, tendo em atenção o ano da inscrição no Montepio (Quadro 15). Para as sócias admitidas no final da Monarquia a média foi de 27,5 anos, tempo que aumentou para 30,1 anos para as inscritas durante a I^a República. As mulheres que aderiram na Ditadura Militar tiveram uma vida associativa média de 23,4 anos e para as admitidas no Estado Novo a média reduz-se para 11,6 anos. Procurámos indícios que explicassem esta permanência mutualista.

Observámos que no total das sócias, em cada período, a percentagem das mutualistas que cederam direitos (deixaram o Montepio) decaiu de 14,9%, no final da Monarquia, para 3,4% já em meados dos anos 30 (Quadro 16). Situação idêntica constata-se para as sócias eliminadas, que passam de 17,2% para 4,6%, no mesmo lapso temporal.

Verifica-se, então, que muitas mulheres passaram décadas de vida mutualista com o objetivo de legarem uma pensão a familiares (Quadro 17), mas também o fizeram em relação a amigos, protegidos, conhecidos, às criadas que as serviram (maioritariamente mulheres solteiras), ficando essas intenções registadas em testamento e sendo comprovadas por diversos atestados; observámos ainda que algumas mulheres acederam a uma parte da pensão por necessidade.

Como a maioria das certidões de óbito indica a causa de morte, conhecemos as doenças que mais vitimaram as associadas (Quadro 18). Destacou-se o cancro, cujo peso relativo aumentou ao longo do período: 9,8% nas sócias inscritas nos finais da Monarquia, 12,2% nas que aderiram na I^a República, 29,2% das admitidas durante a Ditadura Militar e 66,7% nas que ingressaram no Estado Novo. A seguir, salientam-se a senilidade, diversas vertentes da esclerose e as doenças cardiovasculares e cerebrais.

Conclusão

Este estudo só foi possível devido à identificação e tratamento da informação recolhida nos registos das mutualistas do Montepio Geral – Associação Mutualista, que se tornaram “coisas sociais”. Quantificámos essa informação e analisámo-la, o que nos permitiu reconstituir os contextos sociais e familiares dessas mulheres.

Concluimos que estando o Montepio direcionado para a vertente mutualista das pensões de sobrevivência, dotes e da caixa económica, algumas mulheres investiram na sua previdência e na dos filhos/as, deixando ainda, por vezes, pensões a outras pessoas indicadas nos seus testamentos.

Devido aos elevados montantes da subscrição inicial, e tendo em conta as suas profissões e a sua situação na profissão, bem como as profissões e a situação na profissão dos progenitores e dos maridos no caso das casadas, pressupomos que estaremos perante mulheres com uma origem e uma pertença de classe ligadas sobretudo à pequena burguesia ou até à burguesia. De notar ainda que, se muitas eram domésticas ou proprietárias, das que tinham uma profissão, a grande maioria exercia-a na educação, na saúde ou nos serviços e algumas tinham uma profissão liberal. Este facto é tanto mais relevante porque será de recordar que, em 1890, a nível nacional, as mulheres que trabalhavam em profissões liberais e no setor terciário eram uma minoria: 0,24% da população ativa no primeiro caso e 1,23% no segundo (Baptista, 1999).

A idade média das sócias aquando da admissão, durante quase todo o período, rondou os 38 anos, preponderando as mutualistas viúvas e solteiras (muitas com filhos). A

maioria era originária de Lisboa e aí residia, tendo atravessado, em média, duas décadas de vida associativa (três décadas, no caso das sócias admitidas na I^a República). Morreram essencialmente de cancro e doenças coronárias e celebrais.

Dos maridos, podemos afirmar que eram sobretudo comerciantes, oficiais do exército, médicos, juristas e até ministros. Ambos os progenitores eram maioritariamente naturais de Lisboa, destacando-se o comércio como o sector onde se inseriam maioritariamente os pais, enquanto a maioria das mães eram domésticas, além de muitas se terem declarado “proprietárias” durante a I^a República.

De um altruísmo extraordinário, estas mulheres quotizaram-se durante grande parte das suas vidas, legando esmagadoramente a familiares, maioritariamente do sexo feminino, as pensões de sobrevivência que conseguiram concretizar e acumular.

Da análise documental efetuada, duas outras questões prenderam paralelamente a nossa atenção – a existência de um associado de nome Abraão Bensaúde, inscrito em 1903, do qual nos interrogamos se teria ligações à família dos comerciantes Bensaúde do arquipélago dos Açores; e se a propaganda do mutualismo nas regiões insulares, em particular nos Açores, terá sido realizada por indivíduos ligados à atividade comercial.

Bibliografia

- Baptista, V. (1999). As mulheres no mercado de trabalho em Portugal: representações e quotidianos (1890-1940). Lisboa:
- Desrosière, A. (1993). Comment faire des choses qui tiennent. Histoire Sociale et statistiques. In C. Charles (Dir.), *Histoire Sociale Histoire Globale: actes du colloque des 27-28 Janvier 1989* (pp. 23-44). Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme.
- Miranda, S. de (1991). A base demográfica. In J. Serrão, & A.H. Oliveira Marques (Org.), *Nova História de Portugal – Da Monarquia para a República* (pp. 13-36). Lisboa: Editorial Presença.
- Rosendo, V. (1990). *Montepio Geral – 150 anos de História, 1840-1990*. Lisboa: Montepio Geral.

Fontes primárias

- Direcção-Geral de Estatística. (1896). *Censo da População do Reino de Portugal no 1º de dezembro de 1890*. Lisboa: Direcção-Geral de Estatística.
- Fichas individuais das associadas do Montepio Geral – Associação Mutualista.
- Livros de registos de inscrição dos/as associados/as do Montepio Geral – Associação Mutualista.

Anexos

Quadro 1 – Fichas de admissão no Montepio Geral consultadas

Ano	Nº de Fichas Consultadas
1880-1909	87
1910-1926	87
1927-1932	53
1933-1935	10
Total	237

Fonte: Arquivo Histórico do Montepio Geral, Livros de Registos dos sócios/as

Quadro 2 – Número de sócios/as admitidos entre 1880 e 1935

Anos	Admissões Total	Admissões de Homens	Admissões de Mulheres	Admissões de Mulheres/Total de Admissões
De 1880 a 1909	8839	8750	89	1,01
De 1910 a 1926	7844	7751	93	1,19
De 1927 a 1932	2814	2749	65	2,31
De 1933 a 1935	1375	1334	41	2,98
Total	20 872	20 584	288	1,38

Fonte: Arquivo Histórico do Montepio Geral, Livros de Registos dos sócios/as

Quadro 3 – Sócios/as inscritos/as por ramos de seguro em 31 de dezembro de 1931

Seguros	HM	M	%/ HM
Invalidez	104	10	9,61
Reforma	76	8	10,52
Sobrevivência	73	-	-
Funeral	1 766	24	1,35
Pensão ordinária	12 757	165	1,29
Nº Sócios	12 757	a)	a)

Fonte: Domingos da Cruz, A Mutualidade em Portugal, p. 68.

a) Não existem dados

Quadro 4 – Capital subscrito pelas sócias aquando da admissão

Quantia	1880-1909		1910-1926		1927-1932		1933-1935	
	Nº	%/T	Nº	%/T	Nº	%/T	Nº	%/T
60\$000	1	1,2	1	1,3	6	11,8		
100\$000	10	11,9	2	2,5				
120\$000	1	1,2	1	1,3				
180\$000			1	1,3	1	2		
200\$000	14	16,7	4	5				
250\$00	1	1,2						
300\$000	17	20,2	19	23,8				
360\$000			1	1,3	1	2		
400\$000	19	22,6	7	8,8				
480\$00	1	1,2	3	3,8	1	2		
500\$00	1	1,2	1	1,3				
600\$00	5	6	14	17,5	6	11,8	2	25
700\$00	1	1,2						
720\$000			2	2,5	1	2		
800\$000	11	13,1	8	10				
900\$000			1	1,3	3	5,9		
1 200\$000	2	2,4	15	18,8	9	17,6	2	25
1 800\$000					23	45,1	1	12,5
2 400\$00							3	37,5
Total	84	100	80	100	51	100	8	100

Fonte: Arquivo Histórico do Montepio Geral, Livros de Registos dos sócios/as

Quadro 5 – Média etária das sócias aquando da admissão

Anos	Idade média
1880-1909	38,2
1910-1926	38,0
1927-1932	38,9
1933-1935	41,8

Fonte: Arquivo Histórico do Montepio Geral, Fichas individuais das sócias

Quadro 6 – Profissões/ocupações das sócias

1880-1909			1910-1926			1927-1932			1933-1935		
Profissão	N.º	%	Profissão	N.º	%	Profissão	N.º	%	Profissão	N.º	%
“capitalista”	1	1,5	actriz	1	1,2	criada de servir	1	2,0	professora	3	30,0
cestaria	1	1,5	costureira	1	1,2	dactilógrafa	1	2,0	bordadora	1	10,0
costureira	1	1,5	dactilógrafa C F	1	1,2	doméstica	23	46,0	doméstica	4	40,0
doméstica	23	34,3	directora de asilo	1	1,2	emp bancária	1	2,0	médica	1	10,0
emp liceu	1	1,5	doméstica	32	38,1	emp C.G. Depósitos	1	2,0	modista	1	10,0
emp serv dom	2	3,0	emp bancária	2	2,4	emp Corr e Telégrafo	1	2,0			
enfermeira	1	1,5	emp comercial	2	2,4	emp Crédito Comercial Português	5	10,0			
engomadeira	1	1,5	emp escritório	2	2,4	emp Montepio	3	6,0			
farmacêutica	1	1,5	emp HCL	1	1,2	emp no comércio	1	2,0			
florista	1	1,5	emp no Montepio	7	8,3	enfermeira	1	2,0			
professora	15	22,4	f. pública	2	2,4	eng Agrónoma	1	2,0			
“proprietária”	15	22,4	modista	3	3,6	fotógrafa	1	2,0			
sem profissão	1	1,5	telegrafista	1	1,2	func. pública	1	2,0			
telegrafista	1	1,5	professora	24	28,6	massagista	1	2,0			
trab domésticos	1	1,5	proprietária	4	4,8	médica	1	2,0			
tecedeira	1	1,5				modista de vestidos	1	2,0			
						preparadora de raio x	1	2,0			
						professora	1	2,0			
						proprietária	1	2,0			
						serviçal	1	2,0			
						telefonista	1	2,0			
						telegrafista	1	2,0			
Total	67	100,0	Total	84	100,0	Total	50	100,0	Total	10	100,0

Fonte: Arquivo Histórico do Montepio Geral, Fichas individuais das sócias

Quadro 7 – Estado civil das sócias

1880-1909			1910-1926			1927-1932			1933-1935		
Estado civil	N.º	%	Estado civil	N.º	%	Estado civil	N.º	%	Estado civil	N.º	%
cas sep judicial/	1	1,2	viúva	22	28,6	casada	15	27,8	casada	1	11,1
casada	24	28,6	casada	22	28,6	divorciada	5	9,3	solteira	7	77,8
divorciada	1	1,2	divorciada	1	1,3	solteira	26	48,1	viúva	1	11,1
sep. judicial/	1	1,2	solteira	37	48,1	viúva	8	14,8			
solteira	26	31,0									
união de facto	1	1,2									
viúva	30	35,7									
Total	84	100,0	Total	82	100,0	Total	54	100,0	Total	9	100,0

Fonte: Arquivo Histórico do Montepio Geral, Fichas individuais das sócias

Quadro 8 – Profissões dos maridos das sócias casadas e viúvas

1880-1909			1910- 1926			1927-1932			1933-1935		
Profissão	N.º	%	Profissão	N.º	%	Profissão	N.º	%	Profissão	N.º	%
administrador de concelho	1	2,5	alfaiate	1	3,4	médico	1	14,3	rádio telegrafista	1	100,0
agrónomo	1	2,5	caixeiro	1	3,4	industrial	1	14,3			
caixeiro	1	2,5	carpinteiro	2	6,9	major	1	14,3			
comerciante/negociante	5	12,5	solicitador	1	3,4	tenente	1	14,3			
contra-almirante da armada	1	2,5	comissário da marinha	1	3,4	advogado	1	14,3			
despachante	1	2,5	cônsul	1	3,4	func público	1	14,3			
enfermeiro	1	2,5	coronel de engenharia	1	3,4	proprietário	1	14,3			
engenheiro civil	1	2,5	emp bancário	1	3,4						
escrivão da fazenda	1	2,5	emp de bordo	1	3,4						
estudante da escola médico-cirúrgica	1	2,5	emp de escritório	1	3,4						
funcionário público	2	5,0	eng civil	1	3,4						
general	1	2,5	escriturário	1	3,4						
inspector das Alfândegas	1	2,5	func. público	2	6,9						
inspector de inst primária	1	2,5	general	1	3,4						
livreiro	1	2,5	industrial	1	3,4						
lojista	1	2,5	tenente de infantaria	2	6,9						
major da artilharia	1	2,5	médico	6	20,7						
major reformado	1	2,5	ministro	1	3,4						
médico	3	7,5	oficial do exército	1	3,4						
médico veterinário	1	2,5	oficial do Ministério das Finanças	1	3,4						
tesoureiro do C.Ferro N. e Leste	2	5,0	proprietário	1	3,4						
oficial de correio	1	2,5									
oficial de diligências	1	2,5									
professor	3	7,5									
proprietário	3	7,5									
servente	1	2,5									
telegrafista	1	2,5									
tenente de cavalaria	1	2,5									
Total	40	100,0	Total	29	100,0	Total	7	100,0	Total	1	100,0

Fonte: Arquivo Histórico do Montepio Geral, Fichas individuais das sócias

Quadro 9 – Local de residência das sócias

1880-1909			1910-1926			1927-1932			1933-1935		
Localidade	N.º	%	Localidade	N.º	%	Localidade	N.º	%	Localidade	N.º	%
Alcáçovas	1	1,2	Algés	1	1,2	Aldeia Galega	1	1,9	Amadora	1	10,0
Algés	1	1,2	Alter do Chão	1	1,2	Almeirim	1	1,9	Coimbra	2	20,0
Amareleja	1	1,2	Angra do Heroísmo	3	3,5	Amadora	1	1,9	Lisboa	5	50,0
Angra do Heroísmo	4	4,8	Arcos de Anadia	1	1,2	Angra do Heroísmo	3	5,6	P. Delgada	1	10,0
Braga	1	1,2	Benfica	1	1,2	Carregal do Sal	1	1,9	Porto	1	10,0
Castelo Branco	1	1,2	Braga	1	1,2	Chaves	2	3,7			
Caminha	1	1,2	Castelo Branco	1	1,2	Elvas	1	1,9			
Chaves	1	1,2	Carnide	1	1,2	Funchal	1	1,9			
Coimbra	1	1,2	Chaves	1	1,2	Graciosa	1	1,9			
Évora	1	1,2	Dafundo	1	1,2	Lisboa	32	59,3			
Funchal	2	2,4	Elvas	3	3,5	P. Delgada	1	1,9			
Golegã	1	1,2	Escoural	1	1,2	Portalegre	1	1,9			
Guimarães	1	1,2	Évora	1	1,2	Porto	4	7,4			
Lagos	1	1,2	F. Castelo Rodrigo	1	1,2	Santarém	1	1,9			
Lisboa	37	44,6	Funchal	2	2,4	Tondela	1	1,9			
Macedo de Cavaleiros	1	1,2	Lagos	1	1,2	Valença do Minho	1	1,9			
Matosinhos	1	1,2	Lisboa	42	49,4	Viseu	1	1,9			
Moura	1	1,2	O. do Hospital	1	1,2						
Ponte da Barca	1	1,2	Ponta Delgada	3	3,5						
Ponta Delgada	3	3,6	Pico	3	3,5						
Peso da Régua	1	1,2	Porto	4	4,7						
Penafiel	1	1,2	S. Brás de Alportel	1	1,2						
Porto	2	2,4	Setúbal	2	2,4						
Porto	3	3,6	Torres Novas	2	2,4						
Rio de Janeiro	1	1,2	Vieira do Minho	1	1,2						
Ramalde	1	1,2	V. Franca de Xira	1	1,2						
Santarém	3	3,6	Vila Real	1	1,2						
Seia	1	1,2	Vila Viçosa	1	1,2						
Setúbal	2	2,4	Vinhais	1	1,2						
Sintra	1	1,2	Viseu	1	1,2						
Tomar	1	1,2									
Viana do Castelo	2	2,4									
Vila Franca de Xira	1	1,2									
Vila da Feira	1	1,2									
Total	83	100,0	Total	85	100,0	Total	54	100,0	Total	10	100,0

Fonte: Arquivo Histórico do Montepio Geral, Fichas individuais das sócias

Quadro 10 – Local de naturalidade das sócias

1880-1909			1910-1926			1927-1933			1933-1935		
Localidade	N.º	%	Localidade	N.º	%	Localidade	N.º	%	Localidade	N.º	%
Abrantes	2	2,4	Aljustrel	1	1,1	Almeirim	1	1,9	Abrantes	1	10,0
Amareleja	1	1,2	Almada	2	2,3	Angra do Heroísmo	4	7,5	Angra do Heroísmo	2	20,0
Angra do Heroísmo	3	3,5	Angra do Heroísmo	1	1,1	Benfica	1	1,9	Lisboa	3	30,0
Braga	1	1,2	Beja	1	1,1	Bragança	2	3,8	P. Delgada	1	10,0
Castelo Branco	2	2,4	Braga	1	1,1	Vila verde	1	1,9	Pará-Brasil	1	10,0
Cadaval	1	1,2	Campo Maior	1	1,1	Cartaxo	1	1,9	Porto	2	20,0
Caminha	1	1,2	Chaves	1	1,1	Chamusca	1	1,9			
Coimbra	3	3,5	Chile	1	1,1	Chaves	1	1,9			
Covilhã	1	1,2	Crato	1	1,1	Coimbra	1	1,9			
Elvas	2	2,4	Elvas	2	2,3	Elvas	1	1,9			
Estremoz	1	1,2	Estremoz	1	1,1	Entroncamento	1	1,9			
Évora	2	2,4	Évora	2	2,3	Figueira da Foz	1	1,9			
Faial	1	1,2	F. Castelo Rodrigo	1	1,1	Fundão	1	1,9			
Faro	1	1,2	Figueira da Foz	1	1,1	Goa	1	1,9			
Fiais	1	1,2	Funchal	2	2,3	Guarda	1	1,9			
Funchal	2	2,4	Ilha do Fogo	1	1,1	Guimarães	1	1,9			
Guarda	1	1,2	Ílhavo	1	1,1	Lagoa	1	1,9			
Guimarães	1	1,2	Lagos	1	1,1	Lapa	1	1,9			
Idanha-a-Nova	1	1,2	Leiria	1	1,1	Leiria	1	1,9			
Ilha do Fogo	1	1,2	Lisboa	30	34,5	Lisboa	16	30,2			
Lagoa	2	2,4	Lousã	1	1,1	Marvão	1	1,9			
Lagos	1	1,2	Macau	2	2,3	Nelas	1	1,9			
Lisboa	23	27,1	Mina de São Domingos	1	1,1	Olhão	1	1,9			
Liverpool	1	1,2	Nova Goa	1	1,1	Ponta Delgada	3	5,7			
Londres	1	1,2	Odeceixe	1	1,1	Penacova	1	1,9			
Madrid	2	2,4	Ponta Delgada	3	3,4	Peniche	1	1,9			
Olhão	1	1,2	Penela	1	1,1	Pico	1	1,9			
P. da Barca	1	1,2	Peso da Régua	1	1,1	Porto	2	3,8			
P. Delgada	3	3,5	Pico	3	3,4	Torres Vedras	1	1,9			
Paredes	1	1,2	Portalegre	1	1,1	Vila do Conde	1	1,9			
Penafiel	1	1,2	Porto	4	4,6	Vieira do Minho	1	1,9			
Pontevedra	1	1,2	Rio Maior	2	2,3						
Porto	6	7,1	S. Brás de Alportel	1	1,1						
R. Grande (Açores)	1	1,2	S. Comba Dão	1	1,1						
Rio de Moinhos	1	1,2	Setúbal	3	3,4						
Régua	1	1,2	Sto António do Tojal	1	1,1						
São Jorge	1	1,2	Terceira	1	1,1						
Santarém	2	2,4	Viana do Castelo	1	1,1						
Setúbal	2	2,4	Vila Franca de Xira	1	1,1						
Viana do Castelo	2	2,4	Vila Nova de Gaia	1	1,1						
Valpaços	1	1,2	Vila Real	1	1,1						
Vila da Feira	1	1,2	Vila Viçosa	1	1,1						
			Valença do Minho	1	1,1						
Total	85	100,0	Total	87	100,0	Total	53	100,0	Total	10	100,0

Fonte: Arquivo Histórico do Montepio Geral, Fichas individuais das sócias

Mulheres, Mundos do Trabalho e Cidadania
Diferentes Olhares, Outras Perspetivas

Quadro 11 – Profissões dos pais das sócias

1880-1909			1910-1926			1927-1932			1933-1935		
Profissão	N.º	%	Profissão	N.º	%	Profissão	N.º	%	Profissão	N.º	%
administrador	1	2,0	advogado	1	1,3	alferes	1	2,0	alfaiate	1	10,0
advogado	1	2,0	ajudante de madeirista	1	1,3	alvanéu	1	2,0	alferes	1	10,0
alferes dos granadeiros da Rainha	1	2,0	alfaiate	1	1,3	caldeireiro	1	2,0	comerciante/ negociante	4	40,0
camponês	1	2,0	alferes	4	5,0	carpinteiro	2	4,1	empregado público	1	10,0
capitão	3	6,0	artista	1	1,3	comerciante/ negociante	11	22,4	professor	1	10,0
carteiro	1	2,0	aspirante de alfândega	1	1,3	cortador	1	2,0	proprietário	1	10,0
comerciante/negociante	6	12,0	cabo C. Saúde	1	1,3	emp das Obras Públicas	1	2,0	servente hospitalar	1	10,0
emp C.F. Port.	1	2,0	caixeiro	1	1,3	emp de matadouro	1	2,0			
empregado em colégio	1	2,0	carniceiro	1	1,3	empr na Alfândega	1	2,0			
empregado dos correios	1	2,0	carpinteiro	2	2,5	major	1	2,0			
engenheiro	1	2,0	chefe de estação	1	1,3	tenente de engenheiros	1	2,0			
escrivão de juiz de direito	1	2,0	comerciante/ negociante	10	12,5	empregado no correio	1	2,0			
exposto da Roda (a)	2	4,0	empregado	2	2,5	escrivão de direito	1	2,0			
exposto na Roda e legitimado depois (a)	1	2,0	emp. mina	1	1,3	fotógrafo	1	2,0			
ferrador	1	2,0	empregado em jornal.	1	1,3	funcionário público	3	6,1			
fiscal do contrato de tabaco	1	2,0	empregado C.F.	1	1,3	trabalhador	2	4,1			
fotógrafo	1	2,0	escrivão de direito	1	1,3	guarda fiscal	1	2,0			
funcionário público	2	4,0	estudante	2	2,5	inspector	1	2,0			
geral	1	2,0	ferreiro	1	1,3	jornaleiro	2	4,1			
guarda de alfândega	1	2,0	fiscal da alfândega reformado	1	1,3	maquinista C.F.	1	2,0			
major reformado	1	2,0	funcionário público	1	1,3	marítimo/comerciante	1	2,0			

Fonte: Arquivo Histórico do Montepio Geral, Fichas individuais das sócias

(a) Tal como inscrito na ficha individual das sócias

Mulheres, Mundos do Trabalho e Cidadania
Diferentes Olhares, Outras Perspetivas

Quadro 11 – Profissões dos pais das sócias (continuação)

1880-1909			1910-1926			1927-1932			1933-1935		
Profissão	N.º	%	Profissão	N.º	%	Profissão	N.º	%	Profissão	N.º	%
marceneiro	1	2,0	guarda de herdades	1	1,3	médico	2	4,1			
marítimo	1	2,0	incógnito	3	3,8	músico	1	2,0			
médico	2	4,0	inspector dos correios	1	1,3	incógnito	2	4,1			
merceeiro	1	2,0	jornaleiro	3	3,8	peixeiro	1	2,0			
músico de regimento de infantaria	1	2,0	lavrador	1	1,3	proprietário	2	4,1			
trabalhador	1	2,0	lojista	1	1,3	sargento da G. Fiscal	1	2,0			
oficial de diligências	1	2,0	major reformado	1	1,3	solheiro	1	2,0			
polícia civil	1	2,0	marceneiro	1	1,3	telegrafista	2	4,1			
“proprietário”	6	12,0	marítimo	2	2,5	tenente	1	2,0			
sargento	1	2,0	militar	1	1,3						
serralheiro	1	2,0	musico da C.M. de L.	1	1,3						
tabelião	1	2,0	ourives	1	1,3						
tenente coronel	1	2,0	piloto	1	1,3						
tenente de infantaria	1	2,0	pintor	1	1,3						
			professor	2	2,5						
			“proprietário”	6	7,5						
			sapateiro	1	1,3						
			sargento	3	3,8						
			secretário adm concelho	2	2,5						
			serralheiro	1	1,3						
			tenente da armada	3	3,8						
			tenente de cavalaria	1	1,3						
			tesoureiro	1	1,3						
			trabalhador	4	5,0						
			vizinhador obras públicas	1	1,3						
Total	50	100,0	Total	80	100,0	Total	49	100,0	Total	10	100,0

Fonte: Arquivo Histórico do Montepio Geral, Fichas individuais das sócias

Quadro 12 – Profissões das mães das sócias

1890-1909			1910-1926			1927-1932			1933-1935		
Profissão	N.º	%	Profissão	N.º	%	Profissão	N.º	%	Profissão	N.º	%
doméstica	2	28,6	costureira	1	2,7	doméstica	16	69,6	doméstica	5	100
“proprietária”	5	71,4	doméstica	29	78,4	jornaleiro	2	8,7			
			incógnita	2	5,4	lavadeira	1	4,3			
			serviço de casa	1	2,7	peixeira	1	4,3			
			proprietária	3	8,1	professora	1	4,3			
			trabalhadora	1	2,7	s. incógnita	1	4,3			
						serv campo	1	4,3			
Soma	7	100,0	Soma	37	100,0	Soma	23	100,0	Soma	5	100,0

Fonte: Arquivo Histórico do Montepio Geral, Fichas individuais das sócias

Mulheres, Mundos do Trabalho e Cidadania
Diferentes Olhares, Outras Perspetivas

Quadro 13 – Local de naturalidade dos pais das sócias

1880-1909			1910-1926			1926-1932			1933-1935		
Localidade	N.º	%	Localidade	N.º	%	Localidade	N.º	%	Localidade	N.º	%
Abrantes	1	1,4	Boticas de Basto	1	1,2	Angra do Heroísmo	1	2,0	Alcobaça	1	10,0
Águeda	1	1,4	Braga	1	1,2	Braga	1	2,0	Angra do Heroísmo	2	20,0
Albufeira	1	1,4	Bragança	1	1,2	Castelo Branco	2	4,1	Lagoa	1	10,0
Alcáçovas	1	1,4	Castelo Branco	1	1,2	Campo Maior	1	2,0	Lisboa	2	20,0
Amares	1	1,4	Campo Maior	1	1,2	Cartaxo	1	2,0	Rio Grande do Sul	2	20,0
Angra do Heroísmo	4	5,6	Elvas	4	4,8	Carvoeiro	1	2,0	Tondela	2	20,0
Astúrias	1	1,4	Évora	1	1,2	Chamusca	2	4,1			
Beja	1	1,4	F. Castelo Rodrigo	1	1,2	Espanha	1	2,0			
Braga	1	1,4	Figueira Foz	1	1,2	Estremoz	1	2,0			
Bragança	1	1,4	Funchal	2	2,4	Graciosa	1	2,0			
Castelo de Vide	1	1,4	Funto Quintino	1	1,2	Guarda	1	2,0			
Cadaval	1	1,4	incógnito	3	3,6	Guimarães	1	2,0			
Chaves	1	1,4	Lagoa	1	1,2	Huelva	1	2,0			
Coimbra	3	4,2	Lagos	1	1,2	incógnito	3	6,1			
Covilhã	2	2,8	Lamego	1	1,2	Lagoa	1	2,0			
Elvas	2	2,8	Leiria	1	1,2	Lagos	1	2,0			
Espanha	1	1,4	Lisboa	22	26,2	Leiria	1	2,0			
Faro	1	1,4	Macau	1	1,2	Lisboa	9	18,4			
Funchal	2	2,8	Marvão	1	1,2	Mértola	1	2,0			
Guimarães	1	1,4	Moita	1	1,2	Mortágua	1	2,0			
incógnito	1	1,4	Monção	1	1,2	Oeiras	1	2,0			
Lagoa	1	1,4	Oliveira de Azeméis	1	1,2	Olhão	1	2,0			
Lamego	1	1,4	Óbidos	1	1,2	Peso da Régua	1	2,0			
Lisboa	11	15,5	Odeceixe	1	1,2	Penacova	1	2,0			
Londres	1	1,4	Oeiras	1	1,2	Peniche	1	2,0			
Mação	1	1,4	Ourique	1	1,2	Pico	1	2,0			
Mafra	1	1,4	Ponta Delgada	1	1,2	Porto	1	2,0			
Marco de Canaveses	1	1,4	Penela	1	1,2	S. Martinho do	1	2,0			
Milão	1	1,4	Pico	4	4,8	S. Nicolau	1	2,0			
Moncorvo	1	1,4	Ponta Delgada	1	1,2	S. Vicente	1	2,0			
Moura	1	1,4	Porto	1	1,2	Setúbal	1	2,0			
Oliveira do Conde	1	1,4	Póvoa do Varzim	1	1,2	Torres Vedras	1	2,0			
Oeiras	1	1,4	Rio de Janeiro	1	1,2	Tondela	1	2,0			
Olhão	1	1,4	Redondo	1	1,2	Trancoso	1	2,0			
Peso Régua	1	1,4	S. Brás de Alportel	1	1,2	Valença do Minho	1	2,0			
Pico	1	1,4	S. Jorge	1	1,2	Vinhais	1	2,0			
Ponte da Barca	1	1,4	S. Tiago de Almada	1	1,2	Viseu	1	2,0			
Porto	6	8,5	Sabugosa	1	1,2						
Roda-Porto	1	1,4	Setúbal	2	2,4						
S. Jorge	1	1,4	Torres Novas	2	2,4						
Santarém	3	4,2	Terceira	2	2,4						
Setúbal	1	1,4	Viana do Castelo	2	2,4						
Sta. Eulália	1	1,4	Vieira do Minho	1	1,2						
Tavira	1	1,4	Vila Real	1	1,2						
Terceira	1	1,4	Vila Viçosa	1	1,2						
Vila do Rei	1	1,4	Valada do Ribatejo	1	1,2						
			Valpaços de Aguiar	1	1,2						
			Vialonga	1	1,2						
			Viseu	2	2,4						
Total	71	100,0	Total	84	100,0	Total	49	100,0	Total	10	100,0

Fonte: Arquivo Histórico do Montepio Geral, Fichas individuais das sócias

Mulheres, Mundos do Trabalho e Cidadania
Diferentes Olhares, Outras Perspetivas

Quadro 14 – Local de naturalidade das mães das sócias

1880-1909			1910-1926			1926-1933			1933-1935		
Localidade	Nº	%/T	Localidade	Nº	%/T	Localidade	Nº	%/T	Localidade	Nº	%/T
Abrantes	3	4,3	Alhandra	1	1,3	Alvega	1	2,2	Abrantes	1	10,0
Alcáçovas	1	1,4	Alter	1	1,3	Angra do Heroísmo	3	6,5	Angra do H.	2	20,0
Amareleja	1	1,4	Angra	1	1,3	Braga	1	2,2	Cartaxo	1	10,0
Angra	2	2,9	Arganil	1	1,3	Caldas da Rainha	1	2,2	Coimbra	1	10,0
Astúrias	1	1,4	Badajoz	1	1,3	Campo Maior	1	2,2	Lagoa	1	10,0
Barca	1	1,4	Beja	1	1,3	Chamusca	1	2,2	Lamego	2	20,0
Beja	1	1,4	Castelo Branco	1	1,3	Chaves	1	2,2	Lisboa	1	10,0
Cadaval	1	1,4	Campo Maior	1	1,3	Coimbra	3	6,5	Mangualde	1	10,0
Coimbra	4	5,8	Carnide	1	1,3	Espanha	1	2,2			
Elvas	1	1,4	Coimbra	1	1,3	Figueira da Foz	1	2,2			
Estômbar	1	1,4	Elvas	1	1,3	Fornos de Algodres	1	2,2			
Faro	1	1,4	Évora	1	1,3	Funchal	1	2,2			
Funchal	2	2,9	Funchal	2	2,7	Garreu (Esp?)	1	2,2			
Fundão	1	1,4	Goa	1	1,3	Goa	2	4,3			
Guarda	1	1,4	Goa	1	1,3	Guarda	1	2,2			
Guimarães	1	1,4	Ílhavo	1	1,3	Guimarães	1	2,2			
Idanha-a-Nova	1	1,4	Incógnita	2	2,7	Lagoa	1	2,2			
Incógnita	3	4,3	Lagoa	1	1,3	Leiria	1	2,2			
Lagoa	1	1,4	Lamego	2	2,7	Lisboa	9	19,6			
Lagos	1	1,4	Leiria	2	2,7	Marvão	1	2,2			
Lisboa	13	18,8	Lisboa	20	26,7	Nelas	1	2,2			
Londres	1	1,4	Macau	2	2,7	Penacova	1	2,2			
Mação	1	1,4	Marmeleira	1	1,3	Peniche	1	2,2			
Madeira	1	1,4	Mértola	1	1,3	Pico	1	2,2			
Madeira	2	2,9	Monchique	1	1,3	Porto	3	6,5			
Mafra	1	1,4	Ovar	1	1,3	Santiago do Cacém	2	4,3			
Marco de Canaveses	1	1,4	Ponta Delgada	1	1,3	Tábua	1	2,2			
Olhão	1	1,4	Penela	1	1,3	Tavira	1	2,2			
Ponta Delgada	1	1,4	Peso da Régua	1	1,3	Valença do Minho	1	2,2			
Paio Pires	1	1,4	Pico	3	4,0	Viseu	1	2,2			
Petrópolis	1	1,4	Portimão	1	1,3						
Pico	1	1,4	Porto	1	1,3						
Porto	6	8,7	Rio de Janeiro	1	1,3						
Póvoa de Sto. Adrião	1	1,4	Reguengo	1	1,3						
Rio de Janeiro	1	1,4	Rio de Janeiro	1	1,3						
S. Jorge	1	1,4	S. Antão do Tojal	1	1,3						
Santarém	1	1,4	S. Brás de Alportel	1	1,3						
Sobral de Monte Agraço	1	1,4	Setúbal	2	2,7						
Torres Vedras	1	1,4	Setúbal	1	1,3						
Viana do Castelo	1	1,4	S. Comba Dão	1	1,3						
Valença do Minho	1	1,4	Terceira	1	1,3						
Vila da Feira	1	1,4	Viana do Castelo	1	1,3						
			Vieira do Minho	1	1,3						
			Vila Real	1	1,3						
			Valpaços	1	1,3						
			Vila Velha de Rodão	1	1,3						
			Vila Viçosa	1	1,3						
			Vinhais	1	1,3						
Total	69	100,0	Total	75	100,0	Total	46	100,0	Total	10	100,0

Fonte: Arquivo Histórico do Montepio Geral, Fichas individuais das sócias

Quadro 15 – Média de anos de vida associativa

1880-1909	1910-1926	1927-1932	1933-1935
27,5	30,1	23,4	11,6

Fonte: Arquivo Histórico do Montepio Geral, Fichas individuais das sócias

Quadro 16 – Número de sócias que cederam direitos e de sócias eliminadas

Anos	Sócias estudadas	Sócias que cedem direitos		Sócias eliminadas	
	N.º	N.º	%	N.º	%
1880/ 1909	87	13	14,9	15	17,2
1910/ 1926	87	7	8,0	14	16,1
1927/ 1932	53	7	8,0	13	14,9
1933/ 1935	10	3	3,4	4	4,6
Total	237	30	12,7	46	19,4

Fonte: Arquivo Histórico do Montepio Geral, Fichas individuais das sócias

Quadro 17 – Parentesco dos beneficiários menores das pensões das sócias e quantias recebidas pelos mesmos

Anos da admissão	Sócia	Idade dos (as) pensionistas	Início da pensão	Parentesco com sócia	Quantia global recebida pelos (as) pensionistas por ano	Dote por casamento
1880 a 1809	A	2	1916	neto	55\$000	
	B	13	1900	neta	50\$000	110\$000 (1905)
	C	14, 13, 10 (a)	1889	filhos/as	50\$000	75\$000(1895)
	D	10	1913	neta	110\$00	220\$00 (1922)
	E	16, 10, 8, 6, 3, 1	1895	filhos/as	400\$00	-
	F	24, 15, 13, 11, 9, 8	1887	filhos/as	36\$665	77\$330 (1891)
	G	13,11	1903	filhas	50\$000	110\$00 (1917)
	H	16	1928	sobrinha	240\$00	720\$00(1935)
	I	17	1899	filha	288\$000	864\$00 (1925)
	J	20	1952	neta	240\$00	720\$00 (1959)
	L	8	1934	neta	240\$00	1400\$00 (1947)
	L	11	1957	bisneta	960\$000	2880\$00 (1967)
	M	18,16,13	1939	netos/as	480\$00	480\$00 (1950)
	N	menor b)	1925	?	480\$00	-
1910 a 1926	O	6,4	1922	filhos/as	132\$00	864\$00 (1942)
	P	8,12	1929	filhas	480\$00	1440\$00 (1943)
	Q	2	1945	neta	540\$00	1620\$00 (1966)
	R	21	1961	filha	2250\$00	6750\$00 (1969)
	S	13, 11, 9, 9, 6,5,1 e 5 meses	1956	Netos/as	1800\$00	675\$00(1963); 675\$00(1965); 675\$00(1980)
	T	16,14	1939	netas (filhas ilegítimas de filho)	180\$00	1620\$00 (1945)
	U	8	1978	neto	150\$00	-
1927 a 1935	V	13	1938	filha	1080\$00	-
	X	16	1945	filha	225\$00	8100\$00 (1947)
	Z	16	1983	neto	2700\$00	-

Fonte: Arquivo Histórico do Montepio Geral, Fichas individuais das sócias

a) Um dos filhos surdo-mudo, internado no Instituto de surdos-mudos de Lisboa, com direito a pensão vitalícia.

b) Não há registo de nascimento da criança, nem testamento da sócia. É prestada a informação de que a mãe da criança não sabia escrever e que a mãe da pensionista, a quem caberia por regulamento a pensão, era ainda viva.

Mulheres, Mundos do Trabalho e Cidadania
Diferentes Olhares, Outras Perspetivas

Quadro 18 – Causas do falecimento das sócias

Anos	Causas	N	%	Anos	Causas	N	%	Anos	Causas	N	%	Anos	Causas	N	%
1880/ 1809	angina de peito	1	2,4	1910/ 1926	acidente vascular cerebral	3	6,1	1927/ 1932	acidente vascular cerebral	2	8,3	1933/ 1935	arteriosclerose	1	33,3
	apoplexia	1	2,4		aneurisma	2	4,1		amolecimento cerebral	1	4,2		carcinoma	2	66,7
	arritmia	1	2,4		broncopneumonia	1	2,0		angina de peito	1	4,2				
	artério-esclerose	2	4,9		carcinoma	6	12,2		carcinoma	7	29,2				
	bócio- exoftálmico	1	2,4		cardiosclerose	1	2,0		cardiosclerose	1	4,2				
	broncopneumonia	2	4,9		cardiopatia	1	2,0		contusão do encéfalo	1	4,2				
	carcinoma	4	9,8		congestão cerebral	1	2,0		diabetes	1	4,2				
	congestão cerebral	3	7,3		edema pulmonar agudo	1	2,0		embolia cerebral	1	4,2				
	congestão pulmonar	1	2,4		embolia das artérias pulmonares	1	2,0		enfarte do miocárdio	1	4,2				
	dilatação da aorta	1	2,4		enfarte do miocárdio	3	6,1		ictus cerebral	2	8,3				
	endocardite crónica	1	2,4		esclerose nas coronárias	1	2,0		linfossarcoma do meseutério	1	4,2				
	enterite infecciosa	1	2,4		febre de malta	1	2,0		miocardite	2	8,3				
	esclerose cardio-renal	1	2,4		febre tifoide	1	2,0		trombose cerebral	3	12,5				
	esclerose cerebral	1	2,4		hemorragia cerebral	2	4,1								
	esclerose múltipla	1	2,4		hipertensão	2	4,1								
	esclerose renal	1	2,4		ictus cerebral	1	2,0								
	febre tifoide	1	2,4		insuficiência cardíaca	2	4,1								
	hemorragia cerebral	2	4,9		miocardite	3	6,1								
	icterícia	1	2,4		neurosclerose	1	2,0								
	lesão cardíaca	2	4,9		parkinson	1	2,0								
	miocardite	2	4,9		pneumonia	2	4,1								
	nefrite crónica	2	4,9		retocolite	1	2,0								
	senilidade	3	7,3		senilidade	4	8,2								
	síncope cardíaca	1	2,4		trombose cerebral	1	2,0								
	suicídio- envenenamento	1	2,4		trombose coronária	1	2,0								
	tuberculose	2	4,9		tuberculose	1	2,0								
	uremia crónica	1	2,4		tuberculose pulmonar	1	2,0								
					úlceras gástricas	1	2,0								
					uremia	2	4,1								
	Total	41	100,0		Total	49	100,0		Total	24	100,0		Total	3	100,0